

Saúde

Município vencedor:
Alto Horizonte (GO)

População:

6.072 habitantes

(Censo, 2022)

Características Gerais:

Município localizado no noroeste do estado de Goiás, emancipado em 1991 do município de Mara Rosa. Em Alto Horizonte está localizada a maior mina de ouro e cobre do Brasil, a mina Chapada. A atividade mineradora no município se iniciou em 2007 e se destaca pela extração de minérios de ouro e cobre¹³.

Gestão municipal em 2023
Prefeito e Vice - Partidos

Gestão 2021 - 2024:

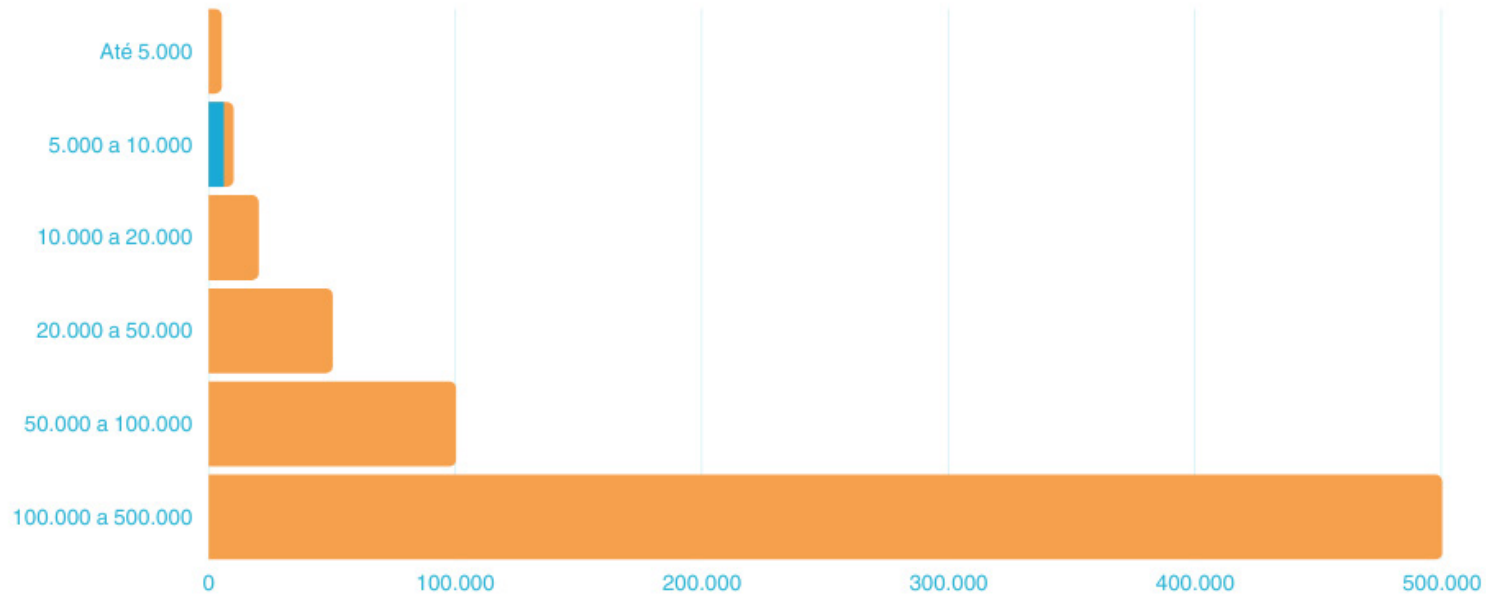
Prefeito **Luiz Borges da Cruz** (PSD)

Vice-prefeita **Rosemeire Pacheco Vicente Lima** (PP)

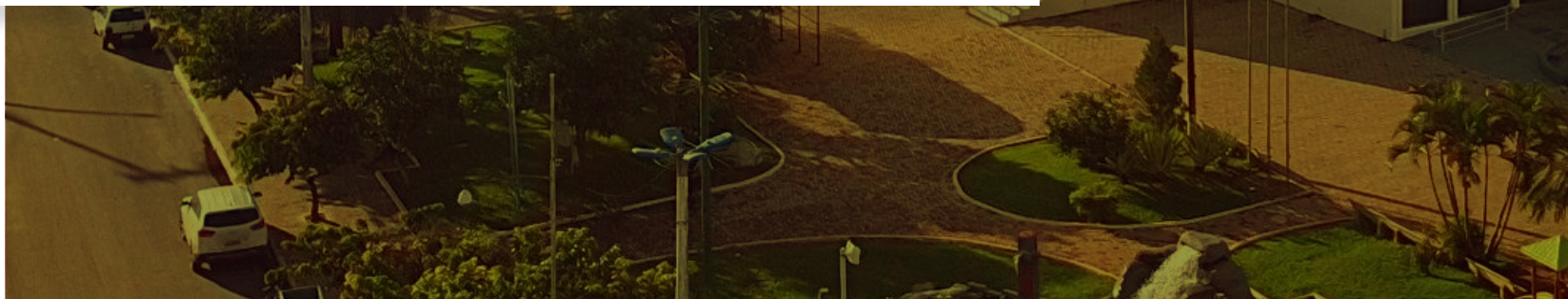
Municípios finalistas:

Saúde

Alto Horizonte (GO)
São Gonçalo do Rio Abaixo (MG)
São Sebastião da Vargem Alegre (MG)



● Nº de habitantes - Alto Horizonte (GO)



A Constituição de 1988 definiu as atribuições das esferas de governo na área da saúde, estabelecendo a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e delineando as responsabilidades de cada ente federativo. Aos municípios, a Constituição atribuiu a responsabilidade pela prestação dos serviços de Atenção Primária à Saúde (APS). Nela, estão previstas a organização e a execução das ações e dos serviços de saúde no território, como a oferta e manutenção das Unidades de Saúde da Família (USF) e das Unidades Básicas de Saúde (UBS), a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o tratamento de enfermidades de menor complexidade e a realização de atividades de vigilância epidemiológica e sanitária.

Já aos estados, a Constituição conferiu a responsabilidade pela coordenação e pela gestão das ações e serviços de saúde em seus territórios. Isso engloba a organização da Atenção de Média e Alta Complexidade, como hospitais regionais, serviços de urgência e emergência, serviços especializados, exames e procedimentos mais complexos. Além disso, cabe aos estados a regulação e a fiscalização desses serviços, bem como a coordenação das ações de vigilância em saúde, como o controle de epidemias e endemias.

Por fim, à União foi atribuída a responsabilidade de formular políticas nacionais de saúde, estabelecendo as diretrizes e as normas gerais para o funcionamento do SUS em todo o território brasileiro. Cabe também à União a coordenação do sistema, a articulação entre as diferentes esferas de governo, a alocação de recursos financeiros e a participação na formação e na capacitação de recursos humanos na área da saúde. A União também é responsável por promover a pesquisa e a produção de conhecimentos científicos e tecnológicos voltados para a saúde.

Dois fatores influenciam substancialmente na disponibilidade de recursos, infraestrutura e serviços de saúde oferecidos: o tamanho de sua população e o orçamento municipal. Via de regra, esses fatores estão interligados. Contudo, há exceções, como é o caso de municípios mineradores de pequeno porte, por exemplo, que usufruem de uma receita significativa por ocasião dos royalties da exploração mineral, via transferências da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM).

Por mais que as responsabilidades variem de acordo com as circunstâncias locais e a disponibilidade de recursos, há responsabilidades gerais partilhadas pelos municípios na efetivação da política de Saúde.

São algumas das principais responsabilidades e desafios da gestão municipal na saúde:

- **Organizar e executar a Atenção Primária à Saúde (APS)**, que oferta atendimento abrangente e territorializado, podendo atender de 80% a 90% das necessidades de saúde de um indivíduo ao longo de sua vida. A APS é composta por um conjunto de serviços e ações de saúde, com abordagem integral e centrada na pessoa. Seu objetivo principal é atender as necessidades de saúde da população, com foco na promoção da saúde, na prevenção de doenças, no tratamento de enfermidades comuns e na coordenação do cuidado. Ela atua como ponto de referência para outros serviços de saúde de maior complexidade, garantindo a continuidade e a integração das ações.
- **Alcance de metas da Atenção Primária à Saúde:** o novo modelo de financiamento da APS, chamado de Previde Brasil, anunciado em 2019, alterou a fórmula do financiamento federal ao SUS nos Municípios, que passou a contemplar o alcance das metas definidas para sete indicadores de desempenho, sendo três relativos a exames pré-natal, um relacionado à saúde da mulher, um relacionado a imunização em crianças de até 1 ano com a vacina pentavalente e dois indicadores relacionados a doenças crônicas (hipertensão e diabetes). Sendo assim, os valores de repasses de financiamento da APS dependem do esforço e da gestão municipal de atingir as metas;
- **Gerir a rede local de serviços de saúde:** que inclui, também, a definição de critérios de encaminhamento, o estabelecimento de parcerias com hospitais, clínicas e laboratórios, além da gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros necessários para o funcionamento adequado dos serviços de saúde;

- **Planejar e implementar políticas de saúde:** cabe aos Municípios implementar políticas de saúde que são adequadas às necessidades locais. Isso envolve a elaboração de planos municipais de saúde, que definem as diretrizes e metas a serem alcançadas, bem como a promoção de programas de promoção da saúde, prevenção de doenças e educação em saúde, como o Programa Saúde na Escola (PSE);
- **Articular outras esferas de governo:** uma vez que os municípios precisam estabelecer parcerias e articular-se com os governos estadual e federal para garantir o acesso da população a serviços especializados e de maior complexidade. Isso envolve a regulação e o encaminhamento dos pacientes para consultas com especialistas, exames, cirurgias e internações hospitalares;
- **Planejar e ofertar vacinação:** cabe aos municípios planejar e executar campanhas de imunização, desenhar as estratégias de vacinação, disponibilizar os locais de vacinação (como postos de saúde, USF e UBS) e conscientizar a população sobre a importância da vacinação;
- **Promover e garantir a participação social e o controle social:** como em outras políticas sociais, na Saúde, a participação social e o controle social ocorrem por meio dos Conselho Municipal de Saúde (CMS) e suas conferências municipais. O CMS é um espaço de diálogo e participação da população, onde representantes de usuários dos serviços de saúde, de trabalhadores de saúde, do governo e de prestadores de serviços de saúde discutem, contribuem no planejamento, deliberam e fiscalizam a política de saúde municipal.

No Prêmio Municípios Mineradores 2023, a categoria saúde foi avaliada por critérios que envolveram¹⁴:

- **O grau de universalização da cobertura da Atenção Primária à Saúde, entendida como principal responsabilidade dos municípios na política de saúde, uma vez que seu sucesso depende essencialmente da capacidade da gestão municipal;**
- **O esforço e o sucesso da gestão municipal em combater a mortalidade infantil;**
- **A cobertura vacinal da população, que denota a capacidade e efetividade da gestão municipal de planejar, ofertar e garantir o acesso a imunizantes;**
- **A priorização da Saúde no orçamento público municipal, mensurado pelos gastos per capita em saúde.**

Sendo assim, esta categoria busca destacar gestões que atingem sucesso ao utilizar os seus recursos com efetividade e intencionalidade na gestão da política municipal de saúde.

A Saúde no Município de Alto Horizonte (GO)

Na Saúde, a gestão municipal de Alto Horizonte tem direcionado seus esforços sobretudo na atenção primária à saúde e no fortalecimento do seu caráter preventivo. O município tem atuado em consonância com o que preconiza a Organização Pan Americana de Saúde (OPAS), que afirma que cerca de 85% dos problemas de saúde podem ser resolvidos na atenção primária, sem a necessidade de ir a um serviço de emergência ou pronto-socorro¹⁵.

No SUS, investimos muito na prevenção, na atenção básica. No caso dos serviços de média e alta complexidade que não são regulados pelo município, nós realizamos convênios para atender os munícipes que necessitam de assistência à saúde.

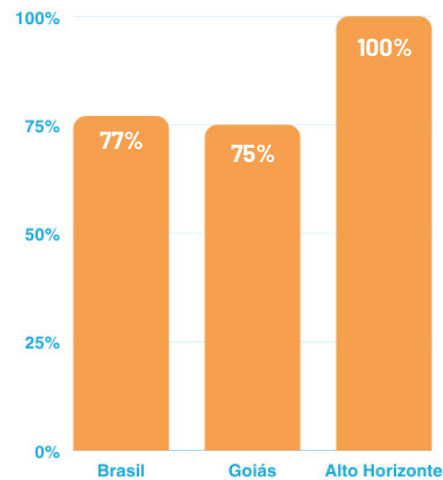
Luiz Borges, Prefeito de Alto Horizonte

O foco na Atenção Básica, com o fortalecimento local da Estratégia de Saúde da Família (ESF), tem rendido bons frutos para o município, a começar pela cobertura universal (100%) da Atenção Primária em 2021. Neste mesmo ano, a cobertura média no estado de Goiás era de 75% e no Brasil era de 77%.

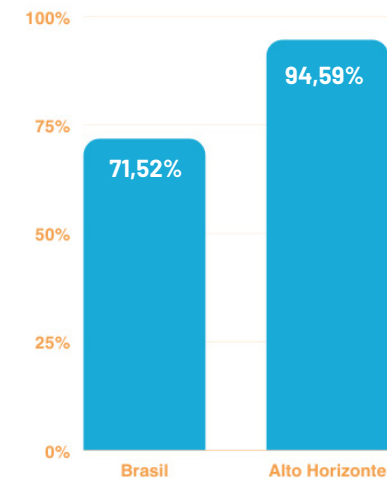
Com a total cobertura dos usuários na atenção primária, as ações e estratégias previstas na Atenção Primária à Saúde ganham maior capilaridade. Isso é refletido na cobertura vacinal pentavalente que, em 2021, chegou a 94,59% no município de Alto Horizonte, acima da média nacional naquele ano (71,52%)⁶.

Priorização da saúde em Alto Horizonte

Foco na Atenção Básica e fortalecimento da Estratégia de Saúde da Família (ESF)



Cobertura vacinal pentavalente em 2021



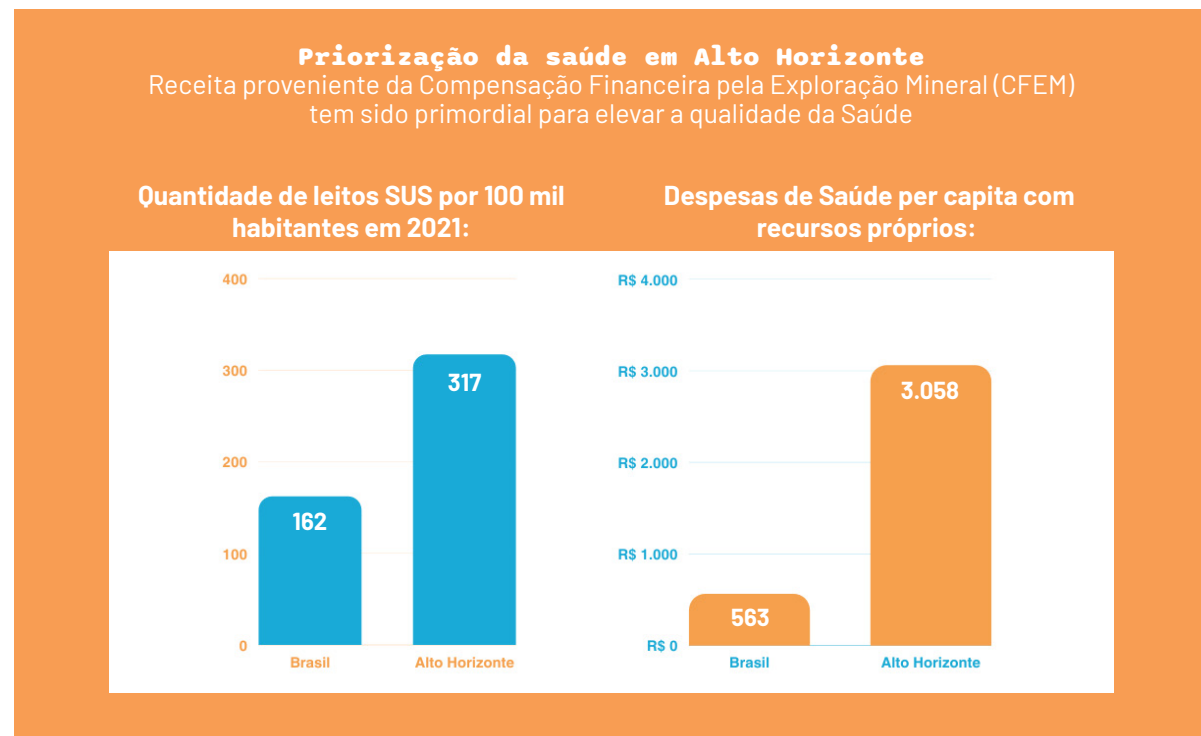
O foco na atenção primária à saúde não implica que a gestão de Alto Horizonte negligencie a atenção de média e alta complexidade. Pelo contrário, a gestão tem investido na atenção especializada, em serviços de diagnóstico (laboratório municipal com tomógrafo computadorizado) e na média complexidade, representado por especialidades tais como fisioterapia e odontologia, além da construção do Hospital Municipal Darcy Pacheco Vicente, inaugurado parcialmente em 2021, construído com recursos próprios do município. O objetivo dos esforços da gestão é combater a chamada “ambulância-terapia”, fenômeno marcado pelo envio dos pacientes locais para unidades de saúde localizadas fora do município, quando este não possui oferta própria ou conveniada para atender às necessidades da população.

Nós temos três equipes da Estratégia de Saúde da Família, um centro de excelência na área de odontologia, um centro de fisioterapia e um centro de diagnóstico muito bem montado e temos um hospital municipal que ainda não está totalmente finalizado. Nas internações que necessitam de cirurgia ou de avaliação que não é ofertada no município (de forma direta ou via convênio), nós encaminhamos os pacientes para o hospital regional.

Rosania Machado, Secretária de Saúde de Alto Horizonte

A priorização da Saúde no orçamento de Alto Horizonte, fortalecida pela receita proveniente da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) tem sido primordial para elevar a qualidade da Saúde no município. Isso fica evidente quando comparamos a quantidade de leitos SUS por 100 mil habitantes do Município: em 2021, eram 317 leitos para cada 100.000 habitantes em Alto Horizonte. Nesse mesmo ano, a média no Brasil era a metade: 162 leitos para cada 100.000 habitantes.

Tal priorização da Saúde fica evidente também a partir de outro ponto de destaque na gestão municipal: a despesa de Saúde per capita com recursos próprios. Em Alto Horizonte, essa despesa per capita com recursos próprios é seis vezes maior que a média brasileira: R\$3.058 no município contra R\$563, média nacional.



Boas práticas e recomendações de Saúde

A categoria Saúde do Prêmio Municípios Mineradores tem por objetivo identificar e valorizar municípios que conseguem impactar de forma positiva na saúde da população por meio da política pública de saúde. A seguir, seguem recomendações de boas práticas de gestão nacionalmente reconhecidas que podem inspirar e nortear gestões municipais atinjam um nível de excelência neste eixo.

1. Aumento da resolutividade da Atenção Básica

No início deste capítulo apontamos o potencial de a Atenção Básica resolver de 80% a 90% das necessidades de saúde de um indivíduo ao longo da vida. Para que isso aconteça, é imprescindível que a Atenção Básica consiga de fato ser resolutiva, isto é, garantir que a maioria dos problemas de saúde possa ser diagnosticada, tratada e gerenciada efetivamente nesse nível de cuidado, sem a necessidade de encaminhamento para níveis mais especializados, como atendimentos de urgência e emergência.

Uma atenção básica resolutiva contribui para a melhoria da saúde da população, a redução de complicações evitáveis, o controle de doenças crônicas, como a hipertensão e o diabetes, e a prevenção de doenças. Além disso, uma Atenção Básica resolutiva ajuda a reduzir a sobrecarga dos serviços de saúde de níveis mais altos, como hospitais e especialistas, otimizando o uso dos recursos disponíveis.





2. Aumento da cobertura da Atenção Básica

Para além de tornar a Atenção Básica mais resolutiva, é fundamental que ela tenha cobertura universal no município. A expansão da cobertura da Atenção Básica tem potencial para melhorar e resolver uma série de problemas que afetam a qualidade de vida dos habitantes, como, por exemplo:

- **A prevalência de doenças crônicas, que são a principal causa de mortalidade na população acima de 40 anos e que poderiam ser manejadas efetivamente com a atuação universal da Atenção Básica, e**
- **A mortalidade infantil e materna, em especial os óbitos por causas entendidas como evitáveis, isto é, preveníveis, total ou parcialmente, por ações efetivas dos serviços de saúde que estejam acessíveis em um determinado local e época.**

A agenda Saúde na Cidade, composta pelas organizações Instituto de Estudos e Pesquisas de Saúde (IEPS), Instituto Arapyaú e Impulso, indica um passo a passo para o aumento da cobertura da Atenção Básica. Esta sugestão parte de um levantamento das equipes de saúde da família existentes e a realização de um diagnóstico territorializado das áreas que seguem sem cobertura da Atenção Básica.

Uma vez munida do diagnóstico das áreas e das populações descobertas, a gestão municipal passa a identificar os perfis dos grupos populacionais, elaborar um ranqueamento das populações ou áreas descobertas e realizar o planejamento de expansão da Atenção Básica, visando a expansão dos equipamentos de saúde e das equipes de saúde da família¹⁷.

3. Combate à mortalidade materna e infantil

Para além do aumento da cobertura e resolutividade da Atenção Básica, estratégias adicionais devem ser adotadas visando combater a mortalidade materna e infantil. A Atenção Primária, por exemplo, deve garantir a capacidade de oferta de pelo menos seis consultas de pré-natal por gestantes do município, segundo o mínimo recomendado pelo Ministério da Saúde.

Além disso, o município deve tanto incentivar como realizar campanhas de comunicação em saúde contínuas para informar as gestantes sobre a importância do acompanhamento pré-natal, identificando sinais de alerta para que a gestante busque o serviço de saúde em tempo oportuno. Deve-se, ainda, capacitar os profissionais de saúde, como médicos, enfermeiros e agentes comunitários, para oferecerem um atendimento de qualidade, incluindo a orientação sobre cuidados com a saúde materna e infantil.

Outra medida de extrema importância para o combate das mortalidades é a instituição e manutenção de Comitês de Prevenção da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal, espaços nos quais se reúnem profissionais e especialistas de diversas áreas do atendimento à saúde da mulher e da criança e se visam analisar todos os óbitos maternos, infantis e fetais e apontar medidas de intervenção para a redução dessas mortes. Até mesmo os municípios que não possuem equipamentos de maternidade devem se debruçar sobre os diversos fatores que podem ter correlações com os óbitos, com a investigação do atendimento do nível local e, complementarmente, a composição de comitês regionais.

Algumas experiências bem-sucedidas no combate à mortalidade infantil e materna têm sido desenvolvidas no município de Sobral, no Ceará, e podem servir de inspiração a municípios Brasil afora. A Estratégia Trevo de Quatro Folhas, implantada desde 2008, concentra-se na atenção primária à saúde, ao oferecer um sistema de visitas domiciliares para gestantes e recém-nascidos, garantindo acompanhamento adequado desde o pré-

natal até o pós-parto. Já a Flor do Mandacaru, que nasceu dentro da Estratégia do Trevo, é uma iniciativa voltada para a redução da mortalidade materna, ao focar na capacitação de profissionais de saúde e na criação de protocolos de atendimento específicos para gestantes de alto risco. Por fim, o Projeto Coala visa a promoção do aleitamento materno exclusivo, ao fornecer suporte e orientação para as mães lactantes.

Essas experiências no município de Sobral, que não dispõe de recursos adicionais oriundos da exploração mineral, podem nortear a adoção de medidas adaptadas ao contexto local de outras localidades que enxergam a mortalidade infantil e/ou materna como um problema a ser combatido de frente. Em 2011, Sobral tinha uma taxa de mortalidade infantil de 18,1 óbitos infantis a cada 1.000 nascidos vivos, acima da média estadual e nacional (ambas em 13,6 óbitos). Passados quase dez anos, a taxa foi reduzida para 6,4, em 2019, bastante abaixo da média estadual (12,2) e nacional (12,3)⁸.

4. Aumento da cobertura vacinal

A cobertura vacinal brasileira, outrora um exemplo mundo afora, está em queda, sobretudo desde 2017. Ainda que a solução para este problema em nível nacional necessite de estratégias e coordenação do Governo Federal, cabe aos municípios organizar a sua rede de saúde local para garantir a oferta de imunização visando a cobertura mínima estipulada pelo Ministério da Saúde – que é de 95%.

Para os municípios aumentarem a sua cobertura vacinal, é crucial implementar um conjunto de estratégias. Uma dessas ações é o fortalecimento da comunicação e conscientização da população sobre a importância da vacinação. Os municípios devem promover campanhas educativas que abordem os benefícios das vacinas e que sejam capazes de esclarecer mitos e desinformações, além de destacar o papel das imunizações na proteção individual e coletiva. Para tal, é essencial estabelecer parcerias com líderes comunitários, profissionais de saúde e organizações não governamentais para disseminar informações confiáveis e encorajar a adesão às campanhas de vacinação.

Uma outra ação relevante é a criação de postos de vacinação em locais estratégicos e acessíveis à comunidade. Os municípios podem estabelecer pontos de vacinação em escolas, parques, farmácias, igrejas e outros espaços de fácil alcance para os cidadãos. A descentralização da vacinação facilita o acesso, reduz a sobrecarga nos hospitais e clínicas e, conseqüentemente, aumenta a cobertura vacinal. Outro fator importante para o sucesso dessa iniciativa é a oferta de horários flexíveis e agendamentos online para evitar longas filas e tornar o processo mais conveniente para a população.

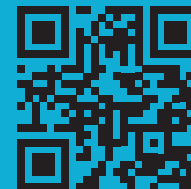
Por fim, a utilização de sistemas informatizados para registro e acompanhamento das doses aplicadas também se mostra essencial para monitorar o progresso da cobertura vacinal e identificar áreas de baixa adesão, possibilitando a tomada de medidas corretivas com maior eficiência. Esta recomendação vai ao encontro à recomendação realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que identificou que em muitos municípios “o acompanhamento da situação vacinal das famílias e a busca ativa de faltosos não têm conseguido identificar não vacinados e pessoas com esquema incompleto e encaminhá-las para a vacinação de forma suficiente para garantir o alcance das metas. É necessário aperfeiçoar o fluxo de informação entre a identificação de atrasados e não vacinados e o serviço de vacinação para fortalecer o acompanhamento¹⁹”.



Referências adicionais

A seguir, reunimos algumas sugestões de materiais que podem servir de referência para reflexão e prática da qualificação da gestão municipal no que diz respeito à gestão da política de **saúde**:

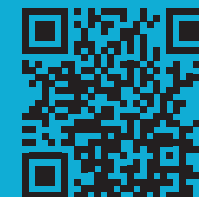
Saúde na Cidade: plataforma com 10 propostas elaboradas para responder aos principais desafios da Atenção Básica à Saúde, construída a partir do diálogo com gestores e profissionais de saúde de todo país, com o objetivo de contribuir com a definição de políticas públicas em saúde mais resolutivas. A plataforma dispõe de publicações, guias e vários passo a passo para a adoção das estratégias e ações sugeridas. Acesse no QR code ao lado.



Manual Técnico para atuação dos Comitês de Prevenção da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal: elaborado pelo Governo do Ceará, apresenta as diretrizes para a qualificação e padronização da atuação dos profissionais dos Comitês de Prevenção do Óbito Materno, Infantil e Fetal, possibilitando o monitoramento e avaliação da tendência dos indicadores de saúde da mulher e da criança, mediante a análise da evitabilidade desses óbitos. Acesse no QR code ao lado.



Plataforma Brasil, Aqui Tem SUS: mantida pelo Conasems – Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde, busca dar visibilidade às experiências bem-sucedidas de municípios apresentadas nos Congressos do Conasems. O repositório de experiências bem-sucedidas nos mais variados municípios brasileiros pode ser acessado no QR code ao lado.



ImpulsoGov: disponibiliza um manual gratuito para download com todos os indicadores do Previner Brasil, programa de financiamento da Atenção Primária à Saúde, bem como os cálculos usados para o financiamento da Atenção Primária à Saúde. Disponível no QR code ao lado.

